



Simulado Final

MPCE

Analista Ministerial
Especialidade: Direito

Pós-edital

Simulado

Simulado Final MP-CE (Analista Ministerial - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Ministerial - Direito do MP-CE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/xmUbBozBcZ6Ho35m8>

01 - C E	16 - C E	31 - C E	46 - C E	61 - C E	76 - C E	91 - C E	106 - C E
02 - C E	17 - C E	32 - C E	47 - C E	62 - C E	77 - C E	92 - C E	107 - C E
03 - C E	18 - C E	33 - C E	48 - C E	63 - C E	78 - C E	93 - C E	108 - C E
04 - C E	19 - C E	34 - C E	49 - C E	64 - C E	79 - C E	94 - C E	109 - C E
05 - C E	20 - C E	35 - C E	50 - C E	65 - C E	80 - C E	95 - C E	110 - C E
06 - C E	21 - C E	36 - C E	51 - C E	66 - C E	81 - C E	96 - C E	111 - C E
07 - C E	22 - C E	37 - C E	52 - C E	67 - C E	82 - C E	97 - C E	112 - C E
08 - C E	23 - C E	38 - C E	53 - C E	68 - C E	83 - C E	98 - C E	113 - C E
09 - C E	24 - C E	39 - C E	54 - C E	69 - C E	84 - C E	99 - C E	114 - C E
10 - C E	25 - C E	40 - C E	55 - C E	70 - C E	85 - C E	100 - C E	115 - C E
11 - C E	26 - C E	41 - C E	56 - C E	71 - C E	86 - C E	101 - C E	116 - C E
12 - C E	27 - C E	42 - C E	57 - C E	72 - C E	87 - C E	102 - C E	117 - C E
13 - C E	28 - C E	43 - C E	58 - C E	73 - C E	88 - C E	103 - C E	118 - C E
14 - C E	29 - C E	44 - C E	59 - C E	74 - C E	89 - C E	104 - C E	119 - C E
15 - C E	30 - C E	45 - C E	60 - C E	75 - C E	90 - C E	105 - C E	120 - C E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/LrA8>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

A lembrança de *Torre di Venere* evoca uma atmosfera desagradável. Torre fica a cerca de quinze quilômetros de Portoclemente, uma das cidades de veraneio prediletas à margem do mar Tirreno, com uma colorida avenida à beira-mar repleta de hotéis e lojas, gente bronzeada e uma estrondosa indústria da diversão. Margeada de pinhos, a praia mantém ao longo de toda a costa a sua cômoda amplidão de areia fina, portanto não admira que não muito adiante tenha-se aberto uma concorrente mais sossegada.

Torre é, como destino turístico, uma ramificação do balneário vizinho e já foi um idílio. Mas, como costuma acontecer com lugares assim, a paz foi há muito obrigada a deslocar-se um trecho mais adiante; o mundo, como se sabe, busca-a e expulsa-a. Foi assim que Torre, ainda que mais introspectiva e modesta que Portoclemente, caiu no gosto de italianos e estrangeiros.

Torre ganhou um Grand Hôtel (onde havíamos reservado quartos). Surgiram inúmeras pensões, luxuosas e mais simples. Em julho, agosto, fervilham berros, brigas, gritos de júbilo de banhistas, cuja pele da nuca se descasca por causa de um sol esturricante. Tal era o aspecto da praia de Torre quando chegamos.

Na noite de nossa chegada ao Grand Hôtel, quando aparecemos para o jantar, fomos guiados até uma mesa pelo garçom responsável. Não havia nenhuma objeção a fazer a essa mesa, mas nos cativou a vista da varanda de vidro contígua, que dava para o mar e sobre cujas mesinhas cintilavam lamparinas de abajur vermelho. Os pequenos se mostraram encantados com essa magnificência, e manifestamos de forma singela a decisão de que preferímos fazer a nossa refeição na varanda — uma declaração de ignorância, como restou claro, pois nos fizeram entender com uma cortesia algo constrangida que aquele aconchegante ambiente era destinado “aos nossos clientes”. Nossos clientes? Mas isso éramos nós. Não estávamos de passagem ou só por uma noite. Abrimos mão, de resto, do esclarecimento da diferença entre gente como nós e aquela clientela, a quem se servia

o jantar à luz de lamparinas vermelhas, e jantamos no refeitório, em nossa mesa de iluminação prosaica — uma refeição bem medíocre, própria do esquema hoteleiro insípido; achamos depois muito melhor a cozinha da pensione Eleonora, dez passos mais distante da praia. Foi justamente para lá que nos transferimos, três ou quatro dias mais tarde.

(MANN, Thomas. Mário e o mágico: uma experiência trágica de viagem Trad José Marcos Macedo. Companhia das Letras, edição digital Adaptado)

1. O texto evidencia uma situação de segregação social, em que o narrador e sua família são menosprezados ao solicitarem acesso a um outro local durante o jantar.
2. Infere-se que a atmosfera desagradável apontada pelo narrador no início do texto decorre principalmente da ausência de paz do local descrito, característica de um ambiente turístico.
3. O termo destacado em “Tal era o aspecto da praia de Torre quando chegamos” (3º parágrafo) intensifica as características do local descrito.
4. O texto mescla as tipologias descritiva e narrativa.
5. No trecho “Os pequenos se mostraram encantados com essa magnificência”, o deslocamento do pronome para depois do verbo acarretaria prejuízo gramatical.
6. No trecho “o mundo, como se sabe, busca-a e expulsa-a” (2º parágrafo), os pronomes sublinhados apresentam o mesmo referente, a saber: a paz.
7. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o vocábulo destacado em “ainda que mais introspectiva e modesta que Portoclemente” (1º parágrafo) poderia ser substituído por **conquanto**.

8. No trecho “Surgiram inúmeras pensões, luxuosas e mais simples”, o termo destacado funciona como complemento da forma verbal **surgiram**. (3º parágrafo).

TEXTO II

Ao amadurecer, descobrimos que a grama do vizinho não é mais verde coisíssima nenhuma.

Estamos todos no mesmo barco.

Há no ar certo queixume sem razões muito claras.

Converso com mulheres que estão entre os 40 e 50 anos, todas com profissão, marido, filhos, saúde, e ainda assim elas trazem dentro delas um não-sei-o-quê perturbador, algo que as incomoda, mesmo estando tudo bem.

De onde vem isso? Anos atrás, a cantora Marina Lima compôs com o seu irmão, o poeta Antonio Cícero, uma música que dizia:

“Eu espero/ acontecimentos/ só que quando anoitece/ é festa no outro apartamento”.

Passei minha adolescência com esta sensação: a de que algo muito animado estava acontecendo em algum lugar para o qual eu não tinha convite. É uma das características da juventude:

considerar-se deslocado e impedido de ser feliz como os outros são, ou aparentam ser. Só que chega uma hora em que é preciso deixar de ficar tão ligada na grama do vizinho.

As festas em outros apartamentos são fruto da nossa imaginação, que é infectada por falsos holofotes, falsos sorrisos e falsas notícias. Os notáveis alardeiam muito suas vitórias, mas falam pouco das suas angústias, revelam pouco suas aflições, não dão bandeira das suas fraquezas, então fica parecendo que todos estão comemorando grandes paixões e fortunas, quando na verdade a festa lá fora não está tão animada assim. Ao amadurecer, descobrimos que a grama do vizinho não é mais verde coisíssima nenhuma. Estamos todos no mesmo barco, com motivos pra dançar pela sala e também motivos pra se refugiar no escuro, alternadamente.

Só que os motivos pra se refugiar no escuro raramente são divulgados.

Pra consumo externo, todos são belos, sexys, lúcidos, integros, ricos, sedutores.

“Nunca conheci quem tivesse levado porrada/ todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo”.

Fernando Pessoa também já se sentiu abafado pela perfeição alheia, e olha que na época em que ele escreveu estes versos não havia esta overdose de revistas que há hoje, vendendo um mundo de faz-de-conta. Nesta era de exaltação de celebridades – reais e inventadas – fica difícil mesmo achar que a vida da gente tem graça. Mas, tem. Paz interior, amigos leais, nossas músicas, livros, fantasias, desilusões e recomeços, tudo isso vale ser incluído na nossa biografia. Ou será que é tão divertido passar dois dias na Ilha de Caras fotografando junto a todos os produtos dos patrocinadores? Compensa passar a vida comendo alface para ter o corpo que a profissão de modelo exige? Será tão gratificante ter um paparazzo na sua cola cada vez que você sai de casa? Estarão mesmo todos realizando um milhão de coisas interessantes enquanto só você está sentada no sofá pintando as unhas do pé? Favor não confundir uma vida sensacional com uma vida sensacionalista.

As melhores festas acontecem dentro do nosso próprio apartamento.

(Martha Medeiros. Adaptado)

9. O texto II apresenta características comuns ao gênero *crônica*: um texto breve e com uma temática contemporânea; linguagem simples e próxima à oralidade; além de construções sintáticas nada complexas.

10. O pronome “esta” (7º parágrafo) exerce no contexto uma função catafórica, pois faz referência a uma informação que será explicitada em seguida.

11. No trecho “algo que as incomoda” (4º parágrafo) ocorre próclise obrigatória da forma pronominal **as**, que retoma “mulheres que estão entre os 40 e 50 anos”.

12. Os vocábulos “notícia”, “notáveis” e “vitórias” (9º parágrafo) recebem acento gráfico em obediência à mesma regra de acentuação.

13. Em "Fernando Pessoa também já se sentiu abafado", a partícula SE é um pronome reflexivo, pois o sujeito é agente e paciente da ação expressa pelo verbo 'sentir'.

14. A substituição da expressão destacada em "Só que os motivos pra se refugiar no escuro..." (10º parágrafo) por "entretanto", com as devidas adaptações, manteria a correção gramatical e preservaria os sentidos do texto.

15. No trecho "Os notáveis alardeiam muito suas vitórias, mas falam pouco das suas angústias", a substituição da conjunção por **embora** preservaria o sentido do texto e a correção gramatical.

Julgue as assertivas seguintes com base no Manual de Redação da Presidência da República

16. No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.

17. O Manual de Redação da Presidência da República define **Circular** como uma correspondência de caráter interno da Instituição, expedida simultaneamente a diversos destinatários, com o objetivo de transmitir rotinas, orientações e procedimentos.

18. De acordo com o Manual de Redação, o vocativo 'Excelentíssimo Senhor' é empregado apenas em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário).

19. O fecho deve ser alinhado à margem direita ao final da comunicação.

20. O documento do tipo Exposição de Motivos é dirigido somente ao Presidente da República. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de

um ministério, a exposição de motivos será assinada por todos os ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de interministerial.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ)*Rodrigo Bet*

21. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará, o Conselho Superior do Ministério Público é composto por sete membros da instituição, eleitos pelos demais integrantes mediante votação aberta, sendo presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

22. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, o Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária respeitando os limites fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo-lhe repassados os recursos correspondentes às suas dotações até o dia vinte de cada mês.

23. A iniciativa popular no Ceará admite apresentação de projeto de lei e de emenda à Constituição, com apoio mínimo de 1% do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos cinco municípios, com 0,3% dos eleitores de cada um, tramitando em turno único, com prioridade, no prazo de 45 dias.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO
APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI N°
9.826/1974 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO
DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO
ESTADO), LEI COMPLEMENTAR N° 72/2008
E SUAS ALTERAÇÕES (LEI ORGÂNICA E
ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ), LEI N° 8.625/1993 (LEI
ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO) E LEI N° 14.043/2007 E
ALTERAÇÕES (PLANO DE CARGOS,
CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS
SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ))**

Tiago Zanolla

24. Ana e Carla são servidoras públicas estaduais, casadas legalmente. Carla foi designada, ex officio, para exercício em uma unidade do Sistema Administrativo localizada em outro município, a mais de 400 km de distância da unidade onde Ana exerce suas funções. Ana solicita sua remoção com todos os direitos e vantagens. A chefia do seu órgão, no entanto, alega que a remoção depende da existência de vaga e da concordância da unidade de destino.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e nos princípios administrativos, a decisão da chefia está correta, pois a remoção nesses casos é discricionária, devendo seguir a conveniência exclusiva do órgão de origem.

25. Joana, servidora pública efetiva do Estado do Ceará, deseja contratar um empréstimo consignado que comprometerá 35% de seus proventos mensais líquidos. Ela já possui outra consignação equivalente a 10% de sua remuneração. Ao procurar o setor financeiro do órgão, é informada de que a nova operação não poderá ser autorizada.

Com base na Lei nº 9.826/1974, Joana alega que, como o empréstimo possui cláusula de pagamento em parcela única e sem juros, não deveria estar sujeito aos limites da margem consignável. Assim, a operação poderá ser autorizada, pois operações

quitadas em parcela única e sem juros não se submetem à limitação legal de margem.

26. Durante a preparação de novo concurso público para provimento de cargos de Técnico Ministerial do Ministério Público do Estado do Ceará, um grupo de candidatos apresentou impugnação ao edital, alegando inconstitucionalidade na exigência de curso superior, pois tal requisito não estava previsto originalmente na estrutura da carreira e representaria “barreira indevida ao acesso ao cargo público”. A Procuradoria-Geral de Justiça sustentou que a exigência está em conformidade com a lei vigente.

Com base na Lei nº 14.043/2007 e no ordenamento jurídico, é correto afirmar que a exigência é válida, pois a legislação atualizada determina curso superior em qualquer área como requisito de ingresso.

27. Durante a execução de seu planejamento estratégico, o Ministério Público do Estado do Ceará decide instituir uma nova unidade de atendimento multidisciplinar, com servidores especializados, estrutura física própria e contratação de serviços auxiliares. O Poder Executivo, entretanto, questiona a legalidade da medida, alegando que qualquer contratação ou alteração de estrutura depende de sua autorização prévia, para controle de gastos e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com base na Lei Complementar nº 72/2008 e nos princípios constitucionais da separação de poderes e da autonomia institucional, a instalação de órgãos auxiliares pelo MP deve ser precedida de convênio com o Judiciário.

28. Um cidadão ingressa com representação na Assembleia Legislativa questionando supostas irregularidades em contratações realizadas pelo Ministério Público do Estado do Ceará. Requer, ainda, que o Tribunal de Contas suspenda todos os contratos vigentes do órgão. Diante disso, o presidente da Assembleia afirma que o MP deve prestar contas de sua gestão, mas que sua autonomia não impede a fiscalização externa. Já o MP sustenta que suas decisões têm executoriedade plena e não se submetem à interferência do Legislativo.

Considerando a Lei Orgânica do MPCE e os mecanismos de controle da Administração Pública, é correto afirmar que o Ministério Público é imune a qualquer forma de fiscalização orçamentária e contratual, em razão de sua autonomia constitucional.

29. Durante o exercício do mandato, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará passa a ser alvo de críticas internas e externas por alegada omissão quanto à apuração de irregularidades graves na gestão de recursos do Ministério Público. Parte do Colégio de Procuradores se mobiliza para apresentar proposta de destituição. Um deputado estadual declara, em plenário, que poderá solicitar o afastamento imediato do PGJ com base na vontade política da maioria parlamentar, “por perda de legitimidade”.

Com base na Lei Complementar nº 72/2008, é correto afirmar que a destituição do PGJ exige manifestação prévia do Colégio de Procuradores e deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa.

30. Durante inspeção a uma delegacia de polícia, um Promotor de Justiça solicita acesso aos registros administrativos e livros próprios da repartição. O delegado responsável se recusa a fornecer os documentos, alegando que são de uso interno e que a presença do Ministério Público se limita à verificação da situação física dos presos. O

Promotor insiste em seu direito de acesso integral aos registros, especialmente aos relacionados a inquéritos, fianças e objetos apreendidos.

Com base na Lei Complementar nº 72/2008, é correto afirmar que o delegado tem razão, pois os livros policiais possuem sigilo funcional.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (ÉTICA E MORAL)

Tiago Zanolla

31. Em um município, um servidor público lotado em uma unidade de atendimento ao cidadão adota postura impessoal e evita explicar procedimentos burocráticos aos usuários. Quando questionado, afirma que não é “função dele educar ninguém”, limitando-se a cumprir “as ordens do sistema”. Tal comportamento gerou desconforto entre os cidadãos, muitos dos quais se sentiram desrespeitados e desinformados. A chefia da unidade avaliou a situação como problema de “falta de empatia”, mas não identificou ilegalidade na conduta.

Sobre a situação apresentada, à luz dos princípios democráticos e da ética pública, é correto afirmar que a conduta do servidor não pode ser considerada antiética, pois cumpriu suas funções legalmente.

32. Em uma conferência sobre democracia e serviço público, foi defendido que o servidor público deve atuar como agente da cidadania, comprometido não apenas com a eficiência, mas também com a inclusão, o respeito à diversidade e a promoção do bem comum. Um dos debatedores afirmou que a ética pública é neutra quanto à democracia, pois sua função se limita à regulação comportamental dos servidores.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (LEI N° 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)*Rodrigo Bet*

33. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, a ação para aplicação das sanções previstas prescreve em cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato ou do término da permanência, no caso de infrações permanentes.

34. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato culposo, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

35. Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público com vistas à obtenção de benefício próprio ou de terceiros configura ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

36. Bia tem 14 bonecas a menos do que Ana, e Carla tem 17 bonecas a menos do que Ana. Se o produto entre o número de bonecas de Bia e o número de bonecas de Carla é igual a 208, essas três meninas têm, juntas, um total de bonecas superior a 60.

Corujinha recebeu de seu chefe imediato a tarefa de gerar um conjunto de senhas de acesso que atendam às seguintes especificações:

- cada senha deve ser composta por 6 dígitos;
- cada um dos três primeiros dígitos da senha deve ser um número de 0 a 9, admitindo-se repetição;
- o quarto dígito da senha deve ser um dos quatro caracteres especiais listados a seguir: \$, @, # ou &;

- o quinto e o sexto dígitos da senha deverão ser letras minúsculas do alfabeto latino (considerado com 26 letras), não sendo admitida repetição.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens 37 até 40.

37. O preenchimento dos três primeiros dígitos das senhas a serem geradas pode ser feito de 1.000 maneiras distintas.

38. O preenchimento dos dois últimos dígitos das senhas a serem geradas pode ser feito de 26^2 maneiras distintas.

39. É possível compor mais de 3 milhões de senhas distintas que atendam às especificações apresentadas.

40. A quantidade de maneiras distintas de completar o quarto e o sexto dígitos da senha 123_K_, em que _ representa o dígito a ser completado, é um número que é múltiplo de 4, mas não é múltiplo de 8.

Corujinha foi visitar uma cidade no interior do Rio de Janeiro por dois dias. No primeiro dia, ela foi a uma pizzaria, sentou-se em uma mesa na varanda e tomou refrigerante de limão. No segundo dia, a probabilidade de ela tomar refrigerante de limão é de 60%, a probabilidade de ela retornar à pizzaria é de 20% e, indo lá, a chance de ela sentar-se à mesma mesa é de 1/50.

Em relação à situação hipotética apresentada, julgue os itens 41 e 42.

41. A probabilidade de Corujinha retornar à pizzaria no segundo dia e sentar-se na mesma mesa é superior a 1%.

42. A probabilidade de Corujinha retornar à pizzaria ou tomar refrigerante de limão é inferior a 70%.

Assertiva: A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como decisão programada.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

Com base no processo administrativo e funções de administração, julgue os itens a seguir.

43. A atribuição de autoridade e responsabilidades, assim como a alocação de recursos, são tarefas típicas relacionadas à função direção.

44. As funções de planejamento e organização possuem, respectivamente, foco em recursos e ideias.

Com base em liderança e motivação, julgue os itens a seguir.

45. Lideranças apoiadoras têm por base a preocupação com as necessidades e com o bem-estar de seus subordinados, ao passo que nas lideranças diretivas o líder se preocupa em explicar detalhadamente “o que” e “como” deve ser feito, definindo metas, padrões, e indicando a direção a ser seguida.

46. Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se na base da pirâmide.

Com base nos Processos de análise e tomada de decisão, julgue os itens a seguir.

47. **Texto:** Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material.

Com base na Gestão de Desempenho e Gestão por Competências, julgue os itens a seguir.

48. Um dos benefícios da avaliação de desempenho 360º é que a avaliação de pares e colegas promove uma melhor qualidade na avaliação, favorecendo a imparcialidade nos resultados de desempenho do indivíduo avaliado.

49. João das Neves realizou a avaliação de desempenho de seus subordinados levando em consideração o registro dos aspectos extremos (tanto negativos, quanto positivos) das características dos indivíduos avaliados. Esse método utilizado por João das Neves é chamado de Incidentes Críticos.

Com base na Gestão de Conflitos e Negociação, julgue os itens a seguir.

50. Entre os métodos de avaliar a eficácia da solução de um conflito, inclui-se o de verificar o impedimento da criação de novos conflitos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

Carlos, agente público vinculado ao Poder Executivo Federal, editou um ato administrativo com base em competência prevista em regulamento interno do órgão. O ato visava a realocar servidores entre unidades administrativas e foi formalizado por meio de publicação em diário oficial.

Acerca dos atos administrativos e considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

51. A competência, a finalidade e a forma do ato praticado por Carlos são elementos vinculados do ato administrativo, não podendo ser livremente escolhidos pela administração.

52. O ato administrativo praticado por Carlos goza do atributo da tipicidade, que exige correspondência com figura previamente definida em lei como apta a produzir efeitos jurídicos no ordenamento.

Joana deseja ocupar um cargo efetivo em órgão público federal. Para isso, participou de concurso público de provas e títulos e, após sua aprovação, foi nomeada e iniciou o exercício do cargo.

Acerca dos agentes públicos, poderes administrativos e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir, considerando o caso hipotética citado acima.

53. O ingresso de Joana no cargo público depende de prévia aprovação em concurso público, conforme exigência constitucional, sendo essa regra aplicável a cargos efetivos e empregos públicos em toda a administração pública direta e indireta.

54. A Constituição Federal admite exceções ao concurso público, entre as quais se encontra a nomeação para cargos comissionados, que são de livre nomeação e exoneração, desde que destinados exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Acerca das licitações e contratos administrativos e dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

55. É obrigatória a apresentação dos documentos de habilitação por todos os licitantes na fase inicial da licitação, independentemente da ordem das fases ou do resultado do julgamento das propostas.

56. Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

57. Após a entrega dos documentos para habilitação, será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, desde que observado o prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento dos documentos originais.

58. O uso legítimo dos poderes administrativos pressupõe a atuação do agente público com vistas ao interesse público, sendo que tanto a omissão como o excesso de poder configuram formas de abuso de poder.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

59. A responsabilização por ato de improbidade administrativa exige a comprovação de conduta dolosa do agente, configurada pela mera voluntariedade na prática do ato ilícito.

60. Os atos de improbidade administrativa violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, bem como a integridade do patrimônio público e social.

Sobre os serviços públicos, julgue o item a seguir.

61. A concessão e a permissão de serviço público devem ser precedidas de licitação e são formalizadas por contrato, sendo que a concessão é feita com prazo determinado e a permissão ocorre por contrato de adesão e título precário.

Maria foi oficialmente cientificada do indeferimento de um requerimento administrativo e recebeu prazo para apresentar recurso. O prazo venceria em um sábado, mas o órgão público só funciona de segunda a sexta-feira.

Acerca do processo administrativo, com base na Lei nº 9.784/1999 e na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

62. O prazo para apresentar o recurso é de cinco dias, salvo disposição legal específica, e deve ser contado de forma contínua, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

63. Como o prazo final caiu em um sábado, considera-se prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito do Poder Executivo, julgue o item.

64. O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, julgue o item.

65. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

A respeito do Poder Judiciário, julgue os itens abaixo.

66. O Tribunal de Justiça do Ceará processou e julgou originariamente mandado de segurança impetrado contra o Governador do Estado. Sabendo que a decisão foi denegatória, o impetrante, inconformado, em grau de recurso, poderá interpor recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

67. O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, embora seis de seus quinze membros não integrem o Poder Judiciário.

A respeito do Ministério Público, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens abaixo.

68. São constitucionais leis estaduais que dispõem sobre a criação de Grupos de Atuação Especial contra o Crime Organizado dentro da estrutura do Ministério Público local.

69. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo legal que assegura aos membros do Ministério Público sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados, por violação à isonomia e ao devido processo legal.

A respeito da dignidade da pessoa humana, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens abaixo.

70. For força da dignidade da pessoa humana, durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual, bem como em audiências e decisões judiciais, é vedada qualquer menção ou insinuação acerca da vida sexual pregressa da vítima.

71. É inconstitucional lei estadual que prevê a reserva de assentos especiais a serem utilizados por pessoas obesas em cinemas.

A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, julgue o item.

72. No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

A respeito do Poder Legislativo e do Processo Legislativo, julgue os itens.

73. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

74. A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

Acerca dos direitos e garantias individuais, segundo disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens abaixo:

75. Maria tentou comprar uma televisão e se propôs a pagar em 10 parcelas. Entretanto, para sua surpresa, o crédito não foi aprovado, por baixa pontuação do “score”. Em razão da negativa, procurou o Serviço de Proteção ao Crédito (pessoa jurídica de direito privado detentora de banco de dados enviados por lojas, bancos e financeiras) para saber as razões, mas não conseguiu obter nenhuma informação. Nos termos expressos na Constituição Federal, diante da negativa de acesso

a dados pessoais, Maria poderá fazer uso de *Habeas Data*.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

76. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) alterou o Código Civil para considerar absolutamente incapazes os ebrios habituais e os viciados em tóxicos, que antes eram classificados como relativamente incapazes.

77. A emancipação voluntária concedida pelos pais depende de homologação judicial e pode ser revogada a qualquer tempo, desde que haja justificativa fundamentada.

78. O domicílio do servidor público, para os atos relacionados ao exercício de sua função, é necessariamente o local onde exerce permanentemente suas atribuições.

79. A ausência de uma pessoa somente poderá ser declarada judicialmente após esgotadas as buscas e averiguações e exige, obrigatoriamente, a decretação simultânea da morte presumida.

80. As associações são pessoas jurídicas de direito privado constituídas pela união de pessoas para fins não econômicos, sendo vedada a distribuição de lucros entre os associados.

81. Nos negócios jurídicos, a manifestação da vontade das partes pode influenciar os efeitos jurídicos pretendidos, razão pela qual se afirma que tais negócios produzem efeitos *ex voluntate*.

82. A condição e o termo são eventos futuros que afetam a eficácia dos negócios jurídicos, sendo a condição caracterizada por sua incerteza, enquanto o termo é sempre certo.

83. A partilha de bens realizada no inventário pode ser anulada se for comprovado vício de consentimento, mas é válida mesmo que algum herdeiro não tenha sido citado no processo.

84. O devedor responde por caso fortuito ou força maior se estiver em mora, salvo se provar que o prejuízo sobreviria mesmo com o cumprimento da obrigação no tempo devido.

85. Na tomada de decisão apoiada, os apoiadores podem agir em nome da pessoa com deficiência, inclusive substituindo sua vontade nos atos jurídicos em que ela for parte.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

86. **O Ministério Público propôs ação de obrigação de fazer em desfavor de Empreendimentos Imobiliários X. Depois de instruído o processo, o juízo sentenciou o processo e, sob a alegação de obscuridade e erro material, o réu apresentou embargos de declaração. Acerca do caso narrado e do recurso de embargos de declaração, julgue os itens subsequentes.**

Não se admite a utilização de embargos de declaração para a mera correção de erro material.

87. **O Ministério Público propôs ação de obrigação de fazer em desfavor de Empreendimentos Imobiliários X. Depois de instruído o processo, o juízo sentenciou o processo e, sob a alegação de obscuridade e erro material, o réu apresentou embargos de declaração. Acerca do caso narrado**

e do recurso de embargos de declaração, julgue os itens subsequentes.

Caso o juízo entenda que os embargos de declaração possam implicar modificação da decisão embargada, o juízo intimará o embargado para, querendo, manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias.

88. **O Ministério Público propôs ação de obrigação de fazer em desfavor de Empreendimentos Imobiliários X. Depois de instruído o processo, o juízo sentenciou o processo e, sob a alegação de obscuridade e erro material, o réu apresentou embargos de declaração. Acerca do caso narrado e do recurso de embargos de declaração, julgue os itens subsequentes.**

Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo, mas não interrompem o prazo para interposição de outros recursos.

89. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens subsequentes.

O indeferimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica, tendo como resultado a não inclusão do sócio (ou da empresa) no polo passivo da lide, não dá ensejo à fixação de verba honorária em favor do advogado de quem foi indevidamente chamado a litigar em juízo.

90. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens subsequentes.

Quando a demanda rescisória envolver erro do Poder Judiciário e a parte ré não se opor à pretensão autoral, não haverá causalidade a justificar a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

91. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, julgue o item subsequente.

O Ministério Público possui legitimidade para requerer a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, quando lhe couber intervir no processo.

92. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da sentença e da coisa julgada, julgue o item subsequente.

O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.

93. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da sentença e da coisa julgada, julgue o item subsequente.

A desistência da ação pode ser apresentada até o trânsito em julgado.

94. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca das nulidades, julgue o item subsequente.

Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado.

95. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca do saneamento, julgue o item subsequente.

Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 10 (dez) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

DIREITO PENAL*Renan Araujo***Texto-base para os itens 96 a 100:**

Situação hipotética: Arthur, 19 anos de idade, e Manoel, 22 anos de idade, ambos primários e com bons antecedentes, fazendo uso de uma chave falsa, ingressaram clandestinamente na casa de Juliana, por volta das 2h da madrugada, e subtraíram um aparelho de TV avaliado em R\$ 800,00, empreendendo fuga. Cerca de 15 minutos depois, os infratores foram presos em flagrante por policiais militares que haviam sido acionados por um vizinho, que percebera a movimentação na casa. Na oportunidade, os policiais conseguiram recuperar a *res furtiva*.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

96. Assertiva: Arthur e Manoel devem responder pelo crime de furto, qualificado apenas pelo emprego de chave falsa.

97. Assertiva: a idade de Arthur ao tempo do fato gera redução do prazo prescricional pela metade, ainda que o infrator complete 21 anos antes da sentença.

98. Assertiva: não será aplicável a majorante do repouso noturno, por se tratar de furto qualificado.

99. Assertiva: será possível ao Juiz substituir a pena de reclusão pela de detenção, reduzir a pena de um a dois terços ou aplicar somente a multa.

100. Assertiva: não tendo havido a posse mansa e pacífica da coisa alheia móvel, deve-se reconhecer a modalidade tentada em relação ao furto praticado.

101. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, julgue o item a seguir:

A teoria psicológica da culpabilidade, adotada pelo Código Penal brasileiro, concebe a culpabilidade como mera relação subjetiva do agente para com o injusto penal.

102. Acerca do concurso de pessoas, julgue o item a seguir:

As condições e circunstâncias de caráter objetivo, desde que tenham entrado na esfera de conhecimento do comparsa, se comunicam entre os agentes.

103. Acerca da ilicitude, julgue o item a seguir:

Para a configuração da legítima defesa, exige-se o *animus defendendi*, não bastando a mera existência dos elementos objetivos da referida excludente de ilicitude.

104. Sobre os crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir:

A adulteração de testamento particular configura crime de falsificação de documento público, ainda que não haja interesse econômico de qualquer órgão público no teor do testamento.

105. Acerca dos crimes contra a administração da Justiça, julgue o item seguinte:

O crime de exploração de prestígio é crime material, que somente se caracteriza se o agente efetivamente alcança o resultado naturalístico previsto no tipo penal.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

106. Com base na Lei n.º 11.340/2006, relativa aos mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, julgue o item a seguir.

A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo-se na competência do referido juizado a pretensão relacionada à partilha de bens.

107. Com base na Lei n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura) julgue o item a seguir.

O cometimento de crime de tortura quando tiver lesão corporal grave é causa de aumento de pena de um sexto a um terço.

108. Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, é considerado hediondo o seguinte crime, consumado ou tentado:

O crime de feminicídio, previsto no art.121-A, do CP.

109. Julgue o item abaixo de acordo com a Lei nº 12850/2013.

O emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influí na pena do crime de constituir organização criminosa.

110. O crime de tráfico privilegiado é crime equiparado a hediondo, de acordo com o STF e o STJ.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

111. Avalie a afirmativa a seguir, de acordo com a interpretação do Código de Processo Penal e das decisões dos Tribunais Superiores.

No contexto de uma sucessão de leis puramente processuais penais, aplica-se o princípio do isolamento dos atos processuais em processos que estão em curso.

112. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal e a legislação pertinente, em relação às normas preliminares que se aplicam ao processo penal e às prisões provisórias, analise o item a seguir.

O processo penal será regido, em todo o território nacional, pelo Código de Processo Penal, sem exceções, permitindo que a lei processual penal seja interpretada de forma extensiva e aplicada analogicamente, além de ser complementada pelos princípios gerais do direito.

113. Julgue o item a seguir de acordo com o Código de processo penal.

O Ministério Público não pode solicitar a devolução do inquérito à autoridade policial, exceto para a realização de novas diligências que sejam essenciais para a apresentação da denúncia.

114. Avalie a afirmativa a seguir à luz da teoria das provas no âmbito do processo penal. Quando a infração deixar vestígios, é essencial realizar o exame de corpo de delito, seja ele direto ou indireto, embora a confissão do réu possa substituí-lo.

115. Sobre as provas, avalie a situação hipotética a seguir.

Luan é um dos envolvidos em uma investigação conduzida por um Delegado da Polícia Federal. Conforme o CPP, Luan tem o direito de solicitar uma busca e apreensão, que também pode ser determinada de ofício pelo juiz.

116. De acordo com o código de processo penal, julgue o item a seguir.

Após a decretação da prisão preventiva, o órgão que emitiu a decisão deve reavaliar a necessidade de sua continuidade a cada 60 (sessenta) dias, através de uma decisão fundamentada, de ofício, sob risco de tornar a prisão ilegal.

117. De acordo com o tema prisões cautelares, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue o item a seguir.

Se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá denegar a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.

118. Julgue o item a seguir.

Para ser cabível a medida cautelar diversa da prisão de internação provisória do acusado, o fato deve ter sido praticado com violência ou grave ameaça, e os peritos devem concluir pela inimputabilidade ou semi-imputabilidade do acusado, ainda que não haja risco de reiteração.

119. Julgue o item a seguir.

A etapa do rastreamento de vestígio na cadeia de custódia que se refere à descrição detalhada do vestígio, no laudo pericial, conforme ele se encontre no local de crime ou no corpo de delito, e à sua posição na área de exames, ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, é denominada reconhecimento.

120. De acordo com a prisão temporária.

A prisão temporária pode ser decretada, em regra, pelo prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, exceto quando hediondo o delito.

Discursiva

Desvendando Desafios e Construindo um Futuro Cibرنtico Seguro

No vasto horizonte da era digital, somos arquitetos do nosso destino virtual, navegando por um território cibرنtico que se expande a cada clique. Contudo, junto com as maravilhas dessa nova fronteira, emergem desafios inquietantes que demandam nossa aten莽ao e engajamento. Em um mundo onde a tecnologia 茅 a for莽a motriz do progresso, 茅 vital nos unirmos na busca por solu莽es para os desafios da investiga莽ao criminal em crimes cibرنticos.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo **Os desafios da Investigação Criminal em Crimes Cibرنticos** e aborde necessariamente os seguintes aspectos:

1. **Falta de estrutura e recursos tecnol贸gicos**
2. **Legisla莽茫o atual e lacunas juridicas**
3. **Coopera莽茫o internacional e jurisdi莽茫o transnacional**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>